



Movimento negro em vias de mediação: apontamentos sobre práticas sociais mediadas da Coalizão Negra por Direitos¹

Black movement on the way to mediatization: notes on mediatized social practices of the Black Coalition for Rights

Ângelo Neckel²

Resumo: Este texto propõe uma reflexão sobre a mediação das práticas sociais e discursos do movimento negro organizado face à obtenção de suas visibilidades nos meios hegemônicos e sociodigitais. As análises partem da identificação da passagem recente de uma postura de recusa das mediações sócio-técnicas dos meios para tentativas de interação com o jornalismo de referência e de contatos com instituições e indivíduos em circuitos nas redes. Nesse contexto, são estudadas as tentativas de visibilização de discursos dos movimentos históricos sobre o combate ao racismo em duas campanhas comunicacionais da Coalizão Negra por Direitos: *Alvos do Genocídio*; e, *Enquanto houver racismo, não haverá democracia*.

Palavras-chave: Coalizão Negra por Direitos. Mediação. Movimento negro. Racismo.

Abstract: This text proposes a reflection about the mediatization of social practices and organized black movement discourses to obtain their visibility in hegemonic and socio-digital media. The analysis starts from the identification of the recent change from a position of refusal of the socio-technical mediations of the media to the attempts of

¹ Trabalho apresentado ao IV Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais. PPGCC-Unisinos. São Leopoldo, RS.

² Doutorando do PPG em Ciências da Comunicação da Unisinos. E-mail: angeloneckel@gmail.com.



interaction with the journalism of reference and contacts with institutions and individuals in circuits on the social networks. In this context, we study the attempts to make discourses of the historical movements on the fight against racism visible in two communication campaigns of the Black Coalition for Rights: Targets of Genocide; and, As long as there is racism, there will be no democracy.

Keywords: Black Coalition for Rights; Mídiação; Black Movement; Racism.

1. Notas introdutórias

Nas últimas décadas, as mediações sócio-técnicas tiveram o acréscimo de novas tecnologias transformadas em meios de comunicação e o ingresso de novas instituições e atores sociais no espaço público, cujas práticas sociais e discursos passaram a ser cada vez mais permeados por uma cultura midiática. Esta transição corresponde a uma passagem para uma sociedade midiaticizada, caracterizada por mudanças como a ampliação de acervos de informações, da memória social e expansão do alcance da experiência individual.

Constituído por organizações, coletivos e indivíduos, o movimento negro brasileiro organizado passa a se inscrever principalmente nos anos 2010 em meios sócio-digítas. Discursos históricos de combate ao racismo constituídos principalmente na segunda metade do século XX ingressam no espaço público nas redes como referências em falas oficiais das organizações, de seus agentes e apoiadores. Com a criação da Coalizão Negra por Direitos por um conjunto de organizações do movimento histórico em 2019, a presença mais intensa do movimento nas redes sócio-digítas tem o acréscimo de tentativas de obtenção de legitimidade junto ao jornalismo de referência para visibilizar suas práticas sociais e discursos.

Diante do exposto, este texto tem por objetivo analisar a recente relação de visibilidade entre discursos do movimento negro assumidas em Coalizão e as lógicas dos meios e da mídiação. Para isso, identificando pontos de ruptura do movimento negro organizado com a recusa mútua das mediações sócio-técnicas dos meios, e, por



Anais de Artigos

IV Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

investigação das tentativas do movimento para obtenção de reconhecimento de suas discursividades pelo jornalismo e em circuitos nas redes sócio digitais.

A fundamentação teórica aborda principalmente os conceitos de mediação - e a distinção entre sociedade dos meios e sociedade em vias de mediação -, lógicas dos meios e da mediação enquanto fenômeno, além de conceitos adjacentes, como os de circulação e circuitos.

Os casos a serem estudados para dar conta da problemática e dos objetivos contidos no texto partem de duas campanhas da Coalizão Negra por Direitos: *Alvos do Genocídio*; e *Enquanto houver racismo, não haverá democracia*. Nelas, importam o rastreamento de condições sociais de produção de discursos, tentativas de concedê-las visibilidade e reconhecimento discursivo e o aprendizado decorrente de tentativas comunicacionais de uma campanha para a outra, ou seja, do que parece ter se alterado e se estabilizado no engendramento de diferentes circuitos pela Coalizão em comparação a suas primeiras incursões nos meios hegemônicos e nas redes.

As primeiras reflexões sobre o tema deste texto têm como referências textos e as notas de aula do Seminário Mediação: Sociedade e Sentido, ministrado pelos professores Dr. Antonio Fausto Neto e Dr. Pedro Gomes no PPG em Ciências da Comunicação da Unisinos, bem como diálogos seminiais no grupo de estudos Quilombo Epistemológico. A essas referências foram acrescentadas contribuições do debate no Grupo de Trabalho Comunicação e Diferença III, do IV Seminário Internacional em Mediação e Processos Sociais, que motivaram mudanças em relação ao resumo expandido submetido ao evento e serão apresentadas mais adiante.

2. Mediação, meios e lógicas

A sociedade dos meios está situada no período de uma sociedade industrial, na qual predominava a concepção do campo da mídia subordinado a objetivos de outras instituições sociais, a exemplo da política. Vincula-se também, em um primeiro estágio, ao entendimento dos meios massivos como meros reprodutores da realidade social, uma vez que tornariam possível à sociedade o contato com determinadas representações de



realidade e da inserção dos receptores em determinados contextos históricos e culturais. A transição para uma sociedade crescentemente midiaticizada se dá por uma série de transformações de práticas sociais que abrangem interpenetrações das lógicas de instituições com a das mídias, mudanças de hábitos de consumo e comportamentos individuais e coletivos.

Braga também alude à existência de mudanças de processos tecnológicos e sociais dentre os demarcadores desse deslocamento. O primeiro diz respeito à midiaticização da comunicação da sociedade, enquanto o último corresponde ao acesso de atores sociais a práticas antes restritas à indústria cultural e ao fim do monopólio da fala dos meios massivos (Braga, 2012). As fronteiras entre produção e recepção se esmaecem, com os indivíduos tornando-se receptores-produtores, que se apropriam, modificam e colocando práticas e discursos adiante de maneira diferida e difusa, enquanto as práticas das instituições são atravessadas por lógicas do midiático. As próximas subseções apresentam, então, discussão de José Luiz Braga sobre lógicas das práticas sociais em midiaticização, seguida de elaborações deste e de Verón, Ferreira e Fausto Neto a respeito do conceito de circulação.

2.1 Lógicas das práticas sociais em midiaticização

Em discussão sobre as características de lógicas das mídias e lógicas da midiaticização, Braga (2015) pondera que a sociedade não necessariamente conforma suas práticas a lógicas recebidas dos meios. Com ênfase em movimento inverso, a sociedade reforça, redireciona ou experimenta suas lógicas, que, então, tornam-se lógicas de mídia (p.). Como lógica ou lógicas de um processo social, são entendidos padrões e modos de ação com certa frequência e dotados de coerência e racionalidade. O autor considera também que as lógicas de processos sociais que conseguem se estabelecer ao longo do tempo decorrem de tentativas anteriores e se mantêm e vão sendo aperfeiçoadas conforme atende aos objetivos dos envolvidos em interações.

Uma vez bem-sucedidos os processos sociais, são assumidos como práticas a serem adotadas e referências a serem seguidas para as interações de seus participantes



(BRAGA, p.). Transpondo a reflexão para os movimentos sociais históricos, pode-se entender a internalização das práticas, ideologias e sentidos compartilhados pelos sujeitos mais institucionalizados (enquanto agente do movimento) como *habitus*. Na perspectiva de Ferreira (2020), o *habitus* é a primeira mediação entre processos sociais e processos midiáticos.

As proposições de Braga e Ferreira me parecem interessantes para pensar nas lógicas dos processos sociais do movimento negro organizado, quando coadunadas a processos de mediação, visto que possui discursividades históricas que remontam pelo menos do início do século passado e que emergem no espaço público ampliado no contemporâneo. Que lógicas são essas? Em que medida se mostram mais ou menos estabelecidas e como se relacionam com os objetivos de movimentos históricos e agentes nos usos de tecnologias sociais e em interação?

2.2 Circuitos e circulação (desvios, defasagens e contatos)

Segundo Braga (2015), a circuitagem atravessa ambientes e articula diferentes processos sociais e comunicacionais, meios e produtos, o que interfere na consolidação de práticas tradicionais dos campos sociais, visto que

Na prática social encontramos, então, sobretudo circuitos. Cada setor ou processo de sociedade participa de circuitos múltiplos. Com a mediação crescente, os campos sociais, que antes podiam interagir com outros campos segundo processos marcados por suas próprias lógicas e por negociações mais ou menos específicas de fronteiras, são crescentemente atravessados por circuitos diversos (BRAGA, 2015, p. 44).

Os atravessamentos dos campos por diferentes circuitos, então, diluem o monopólio da fala das instituições e proporcionam questionamentos quanto à legitimidade de seus discursos. Como resposta dos campos às atividades dos circuitos no contexto de mediação, inserem-se neles para manutenção, recuperação ou aumento dessa legitimidade ao abdicarem da tentativa de controle total da emissão de seus produtos e discursos demarcados por lógicas e regras próprias e participam das interações em sociedade diante de operações de descontextualização de sentidos pela



recepção. Em torno do cenário de diluição do monopólio da fala dos meios e de outros campos, encontra-se uma circulação em fluxo contínuo, denotada pelos discursos postos adiante de modo diferido e difuso pelo trabalho da recepção, conforme a problemática da circulação na midiatização da sociedade (BRAGA, 2012; 2015). A percepção desse processo de operações dos pólos de produção e recepção em igual importância é resultante da superação do entendimento funcionalista da circulação como zona de passagem relacionada aos efeitos da mensagem. Imprescindível para a circulação são os desvios discursivos entre lógicas ou gramáticas de produção e de reconhecimento (VERÓN, 2005).

As desarticulações entre produção e reconhecimento entendíveis como ruídos passíveis de eliminação e o entendimento oposto de constatação de processualidade marcada pela diferença irreconciliável entre essas duas instâncias se faz ainda incompleta para dar conta da complexidade do fenômeno. Uma terceira perspectiva, que se relaciona com os lugares assumidos por meios, instituições e atores sociais e no fluxo de sentidos postos a jusante para além da recepção, alude à circulação como zona de contato entre produção e reconhecimento pela necessidade tentativa de estabelecimento de vínculos entre as duas instâncias. Essas tentativas se dão via negociação de sentidos por intercâmbios de oferta e reconhecimento requerentes de feedbacks complexos (FAUSTO NETO, 2015).

3. Movimentos históricos em Coalizão

Os movimentos negros não são uníssonos. São diversos e apresentam naturezas diferentes. A própria ideia de existência d'ó movimento, no singular, é passível de contestação. Segundo Santos (1994), por exemplo, participam do movimento negro entidades culturais, religiosas, assistenciais, quilombolas e iniciativas de mobilização, desde que fundadas e integradas por pessoas negras. Por isso, diante dessa pluralidade, é adotada no texto a compreensão de movimento negro como grupo de aspirações sociais e de tentativa de incidência na política de Estado, com planos, vontades e objetivos em comum para fins de mudanças sociais específicas, sendo definidas por processos de



Anais de Artigos

IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

interações e reconhecimento mútuo, podendo haver espaço para o contraditório em seu interior (DOMINGUES, 2007; GOMES, 2011; SADER, 1988).

Nesta seção do texto, são trazidos aspectos históricos da relação dos movimentos negros com diferentes meios de comunicação desde a imprensa negra do século XIX até a imprensa de referência e o meio TV do último século. A imprensa negra como alternativa à imprensa da época durante e após a escravização, e as relações de recusa de interações nos meios hegemônicos e da visibilidade não concedida aos movimentos históricos na mídia. Esse histórico é apresentado para identificar uma ruptura no modo como os movimentos usam e se apropriam dos meios e de como passaram a fazê-lo na transição para a última década, no século XXI, quando em coalizão.

3.1 Recusa aos meios e recusa dos meios

A imprensa negra no Brasil surgiu ainda nos anos 1830, nos primórdios da própria imprensa nacional. Ao longo do século XIX e no contexto do pós-abolição, uma série de jornais mantidos por associações religiosas e redatores negros foram criadas e após poucos anos encerradas, devido à escassez de recursos financeiros para suas manutenções. Como propósito da maioria, estava a luta pela eliminação do preconceito e da discriminação racial, com o meio impresso como veículo que possibilitava dar voz ou se mostrar como porta-vozes de seus leitores negros, pelas críticas à representação da população negra nas páginas dos grandes jornais (MUNIZ SODRÉ, 2015).

Na primeira metade do século XX no Brasil, o movimento social negro organizado criou para si estratégias de comunicação que passaram por fora dos meios hegemônicos, como com a criação de veículos jornalísticos próprios que dessem vazão às próprias narrativas individuais e coletivas do grupo étnico-racial em resposta a representações baseadas em estereótipos sociais negativos na indústria cultural.

Com o advento da ampliação do acesso à internet nos anos 90 e início dos anos 2000, integrantes do movimento negro passou a usar e utilizar os meios digitais de interação acrescidos aos jornais da imprensa negra com objetivos semelhantes aos



Anais de Artigos

IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

anteriores, em crítica social, mas também como recusa de tentativas organizadas de interação dos movimentos históricos com os meios de comunicação hegemônicos.

A atuação de diferentes organizações/entidades do movimento nas redes digitais aponta para o engendramento de circuitos de abrangência limitada em número de participantes e interações nos dispositivos interacionais nos quais se inscrevem, dificuldade derivada de mediações sociais relacionadas à escassez de capitais econômico que limitam a exploração de recursos técnicos e de capital cultural relacionado à competência de uso e apropriação de tecnologias digitais transformadas em meios. Exceção a mídia alternativa negra, por vezes auto classificada como mídia étnica, porém, que possui maior autonomia como meio em comparação à imprensa das décadas anteriores, por não estar necessariamente subordinada às práticas de entidades institucionais do movimento organizado.

Soma-se às tentativas canhestras de interação com os receptores, a permanência de recusa da maioria das entidades em interagir com a mídia hegemônica, devido à preocupação relacionada aos efeitos de suas difusões e manipulação das versões do movimento, segundo uma perspectiva influenciada em certa medida por uma visão frankfurtiana de localização das lógicas dos meios.

A despeito de páginas e matérias anuais sobre o 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra e da cobertura de acontecimentos da ordem do dia, nem por isso pode-se dizer que as tentativas de contatar o jornalismo dos meios hegemônicos inexistam. No início dos anos 2000, jornais de grande tiragem abordaram o debate nacional sobre a implementação de cotas étnicas para ingresso universal no ensino superior, por mais que Geledés - Instituto da Mulher Negra disponibilizou cartilhas de media training para agentes de entidades do movimento melhor se expressarem discursivamente quando entrevistados por jornalistas. Outro exemplo é o de militantes dos movimentos históricos e ativistas em participações em programas de TV. Douglas Belchior, um dos fundadores da ONG Uneafro, gravou participação no programa Na Moral, da Rede Globo, em 2014, para participar de debate sobre a implementação da



Lei de Cotas nas universidades³. Antes de ir ao ar, Belchior foi avisado que o bloco do programa do qual participaria fora excluído da edição final porque ele e outra entrevistada eram candidatos a cargos eleitorais em seus estados, ao que ele lamentou, por não ter sido avisado e pela perda da possibilidade de falar para milhões de pessoas sobre a pauta sobre as cotas e o combate ao racismo. Inversamente, alguns ativistas das artes, a exemplo dos músicos Mano Brown e GoG, declaram ter recusado convites da Globo para apresentações e entrevistas por considerá-la racista.

3.3 A Coalizão ingressa nos meios

Criada no início de 2019, a Coalizão Negra por Direitos reúne 160 entidades do movimento negro com o objetivo de representação de demandas por direitos civis da população negra no Brasil para incidência nos três poderes do Estado. Da documentação de sua atuação em site institucional e perfis em sites de redes sociais da aliança, depreende-se que atua para busca da equidade racial via tentativas de exercício de vigilância social e de pressão no modo como o campo da política, da educação e da mídia no tratamento que essas instituições dão a casos de racismo.

A Coalizão possui estrutura comunicacional composta por profissionais da Comunicação, graduandos de cursos de Jornalismo e pessoas de outras áreas profissionais mas autores de blogs e com contas oficiais em redes sócioidigitais (Twitter, Facebook, Instagram, Youtube, WhatsApp etc.), além de colunistas de sites e jornais de referência⁴. Lives publicadas pela Coalizão nesses possuem produtores, enquanto o site oficial possui redatores com funções definidas.

³ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sobre-nao-participacao-programa-na-moral-da-rede-globo/>.

⁴ Uma das integrantes da Coalizão Negra, Bianca Santana, é colunista do site UOL e assina textos opinativos assiduamente no jornal Folha de São Paulo. Douglas Belchior, já mencionado, contribui com colunas publicas em mídias de entidades, sites de esquerda e eventualmente concede entrevistas para jornais de referência, sendo que outros integrantes da Coalizão exercem funções semelhantes.



Anais de Artigos

IV Seminário Internacional de Pesquisas em Miatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

A Coalizão também adota práticas de advocacy social para interação com os meios a partir de campanhas institucionais, produzidas em parceria com agência de publicidade, ao mesmo tempo em que adota estratégias de tentativa de acionamentos de personalidades públicas e anônimos como signatários de seus discursos em tentativas de pô-los adiante nos meios e em circuitos nas redes, como se percebe nas próximas subseções, na relação com meios e atores.

É sedutor inferir que a profissionalização da Comunicação da Coalizão Negra por Direitos e a possibilidade de congregar diferentes entidades e atores sociais em contorno a eventuais empecilhos relacionados a tempo e espaço correspondem ao mero recebimento de lógicas dos meios, tornando-se por isso uma coalizão miatizada. No entanto, é possível induzir que existe uma confluência entre processos macro sociais, comunicacionais e midiáticos que contribuem para a “profissionalização comunicacional” da Coalizão.

No GT COMUNICAÇÃO E DIFERENÇA: CORPOS, AFETOS E TERRITÓRIOS I, a também participante do GT e colega de Doutorado Ana Isabel Freire, a partir da leitura de resumo expandido⁵, perguntou como os fatores de cidadania através do acesso de pessoas à educação no ensino superior e a revolução do acesso (VERÓN, 2014) criam condições para a criação de conteúdo e estratégias comunicacionais⁶ na ambiência da miatização. Em resposta à contribuição de Ana Isabel, o índice de pessoas negras no ensino superior quadruplicou na última década⁷. Como exemplo mais concreto, a maior parte da equipe de comunicação da Coalizão Negra por Direitos é egressa de cursos pré-vestibular da ONG Uneafro, como mostra de

⁵ Disponível em: <https://miatricom.org/anais/index.php/seminario-miatizacao-resumos/>.

⁶ No resumo expandido, consta a intenção de analisar as estratégias comunicacionais da Coalizão. Contudo, passei a considerar difícil compreender as estratégias comunicacionais sem a realização de entrevistas com os responsáveis por essas estratégias. Por isso, substituí essa perspectiva pela identificação mais detida dos processos sociais com processos próprios da miatização.

⁷ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/cresce-total-de-negros-em-universidades-mas-acesso-e-desigual>.



uma ampliação ainda recente do acesso de pessoas negras aos campos especialistas. Já o terceiro fator apontado na questão, serve de guia para o estudo das práticas sociais da Coalizão numa nova ambiência midiatizada (GOMES, 2017), caracterizada pela complexidade de transformações na organização social, nas práticas sociais e interações com a participação de meios, dispositivos, instituições e indivíduos.

5. *Alvos do Genocídio*: discursos históricos, silêncios e defasagens

No primeiro semestre de 2020, a Coalizão Negra por Direitos publicou a campanha *Alvos do Genocídio*. O principal objetivo manifestado no site da Coalizão e no hot site da campanha é a classificação do assassinato sistemático de pessoas negras por agentes do Estado, sobretudo policiais civis e militares, como genocídio nos textos publicados pelos veículos jornalísticos da imprensa de referência. Os textos da campanha trazem dados quantitativos relativos ao número elevado de assassinatos contra pessoas negras, incluindo o percentual total de morte, informações sobre morte de crianças vítimas de balas perdidas no Rio de Janeiro, e de números gerais de vitimização por armas de fogo. Nas próximas subseções, serão apresentadas marcas de discursos históricos do movimento e de suas lógicas sociais em midiatização a partir da campanha.

5.1 Discursos históricos e recusas dos jornais

Ao sentido empregado pela entidade ao termo genocídio em livros escritos por intelectuais vinculados ao movimento, vide Abdias do Nascimento, incluem-se significâncias históricas relacionadas ao escravismo, políticas eugênicas de darwinismo social e branqueamento do Estado brasileiro estimuladas até as primeiras décadas do século 20, atribuições de inanição na atuação dos três poderes sob a ausência de políticas públicas efetivas contra a desigualdade social e étnico-racial e o modus operandi do sistema judiciário e agentes de segurança pública no que se refere ao tratamento dispensado a pessoas negras.



Segundo Verón (2005, p.9), as condições de produção discursivas estão relacionadas a formações ideológicas, que designam sistemas de relações entre um discurso e ideais, crenças e visões de mundo de determinados grupos vigentes em determinada época, ou seja, suas condições sociais de produção. Uma ideologia pode manifestar-se no plano dos “conteúdos” de um discurso. Mas, na medida em que o ideológico tem o estatuto de uma gramática de produção de discurso jamais poderia ser definido no nível dos “conteúdos”. Para tal, de acordo com o autor, uma gramática ou lógica de produção de sentidos deve ser definida na relação com outros discursos.

Tem-se aqui, portanto, as condições sociais de produção de sentidos carregados pelos movimentos negros acerca de seu constructo sobre a noção de genocídio. Logo, tais sentidos advêm de logicidades identitárias, pela observância de desigualdades sociais baseadas em relações sociais assimétricas impostas à população negra e que parecem ser determinantes de escolhas que remontam a todos os processos comunicacionais, incluindo as interações em diferentes circuitos, dos próprios (análogo à ideia de campo) e em interação com outros.

No *hotsite* da campanha *Alvos do Genocídio*, é sugerido ao leitor tornar-se signatário de texto com argumentos favoráveis à adoção do termo genocídio pela mídia, a ser automaticamente enviado para os e-mails de redações de veículos jornalísticos e de jornalistas. Após o usuário clicar no botão para envio do e-mail, porém, não recebe retorno tal envio do e-mail, sobre quem ou quantos outros foram enviados e especificamente para quais destinatários⁸.

A realização da campanha trata-se de um movimento tentativo de conferir legitimidade ao debate de um tema periférico. Obtendo a adesão de integrantes da sociedade civil, a priori para além de integrantes de entidades do movimento negro, o que conferiria mais legitimidade para exigir da mídia hegemônica uma alteração de posicionamento. Tal tática decorre do reconhecimento de permanência também da

⁸ Até a data de 16 de junho de 2020, 2.276 pessoas haviam assinado a petição. Disponível em: <https://coalizaonegrapordireitos.org.br/documentos/>.



Anais de Artigos

IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

legitimidade do campo da mídia no processo de pôr em circulação os sentidos pretendidos pelo movimento. Ao mesmo tempo, também critica implicitamente práticas midiáticas de naturalização dos assassinatos contra pessoas negras, resumidos a descrições descontextualizadas assumidas como relativas a casos isolados, sem estatísticas ou com números que não conduzem a reflexões sobre os motivos das mortes.

Observa-se, nesse sentido, que não mais se assume a tentativa de superação da recusa radical da escuta e do reconhecimento, posto que interagir implica também na legitimação do que/m se quer criticar. Por outro lado, a ausência de informações prestadas aos signatários do texto da campanha, relacionadas às possibilidades de circuitos, dentre alcances e interrupções, além das poucas interações a respeito da campanha até o momento de submissão deste texto, indica uma tentativa de controle sobre as co-enunciações da recepção, tendendo para a abreviação dos circuitos interacionais. Quanto aos veículos jornalísticos, eximiram-se de responder as interpelações da Coalizão.

Os motivos para a ausência de resposta do Jornalismo sobre o argumento de imperativo do reconhecimento da existência do genocídio são apenas conjecturáveis. Em um exercício especulativo, pode-se inferir que para os veículos jornalísticos legitimarem o discurso dos movimentos nesse contexto, deveriam operar não mais na secundidade indutiva das mediações das notícias, mas tendo como operadores conceitos sócio-históricos em consonância com as formações discursivas teóricas dos movimentos, implicando mudanças em suas gramáticas editoriais. Por certo, também teriam de apontar quais os agentes autores do genocídio. Antes mesmo de estabelecer esse ruptura, parte das organizações do jornalismo (bem como a indústria cultural, tratando-se de meios hegemônicos) teria de romper com diferentes práticas sociocomunicacionais de racialização, conforme categorizações de Muniz Sodré (2015): de negação (do racismo, em especial em execuções contra pessoas negras), do recalçamento de aspectos positivos de culturas afro-brasileiras, na estigmatização do sujeito por sua aparência e na indiferença profissional formativa dos jornalistas (MUNIZ SODRÉ, p. 279-280).



5.2 Circuitos étnico-referenciados e embates nas interações

A Coalizão Negra também buscou o apoio de três pessoas negras com centenas de milhares de seguidores (no jargão dos meios sociodigitais) nas redes. São eles: a empresária Ana Paula Xongani, o ator Jonathan Azevedo e o fotógrafo Roger Cipó. Eles publicaram stories em suas respectivas contas no Instagram divulgando a campanha e pedindo assinaturas. No entanto, com poucas respostas visíveis, ao menos no espaço público.

Por outro lado, numa das tentativas de contatar veículos jornalísticos para que assumissem o compromisso de designar assassinatos de pessoas negras como sendo genocídio, a conta da Coalizão no Twitter marcou os perfis oficiais de diversos jornais de referência⁹. Das postagens da campanha, foi a que obteve o maior número de retweets (mais de 1 mil) e comentários (mais de 300). Alguns dos comentadores, inclusive, afirmaram que se tratava de postagem paga, ou seja, impulsionada pelo Twitter mediante pagamento de seus autores. Prevaleram nas respostas, sentidos baseados no senso comum a respeito da atuação do movimento negro. Dentre os argumentos, estavam a crítica pela utilização do termo “negro” como classificação dos sujeitos, a existência de uma miscigenação da população brasileira que impediria a identificação das vítimas de mortes violentas, e a essenciaização do assassinato de pessoas negras como um problema da etnia-racial, uma vez que as mortes são atribuídas nos comentários a outras pessoas negras que teriam envolvimento com traficantes. Nessa direção, é contemplada pelo menos parcialmente a pergunta da Ana Isabel no GT COMUNICAÇÃO E DIFERENÇA: “Que imaginários são mobilizados acerca do que seja o movimento negro?”, sendo que a pergunta motiva estudos futuros.

As críticas da recepção revelam uma problemática das defasagens de sentidos para com as lógicas de produção em Coalizão. No âmbito da produção, tem-se a perspectiva identitária e a denúncia do racismo. Quando em agonística nas interações

⁹ Disponível em: <https://twitter.com/coalizaonegra/status/1287766949573926918>.



para além de circuitos de agentes, coletivos e indivíduos não-institucionalizados mas afeitos a gramáticas do movimento, depara-se com falas vinculadas a discursos de conservação da negação do racismo, racalcamento das práticas antirracismo dos movimentos históricos e na indiferença a mortes de pessoas negras pela tentativa de diluição do problema por uma idéia de igualdade abstrata, do tipo: “E a morte dos brancos? E dos ‘miscigenados?’, “você é que perpetua o racismo por segregarem as pessoas em grupos”.

6. Ampliação de Coalizões?

Posterior à publicação de *Alvos do Genocídio* em alguns meses, a campanha *Enquanto houver racismo, não haverá democracia*, apresenta diferenças em relação às tentativas de engendramento de circuitos de interação. A campanha apresenta manifesto que abrange discursos constituídos na primeira e acrescenta a apresentação dos princípios da organização e a incompatibilidade do ideal de uma sociedade democrática sem que haja um enfrentamento do racismo pelas instituições do Estado. O texto elenca o que seriam contradições sociais que impedem o exercício pleno da democracia: “Não há democracia ... sem o respeito à liberdade religiosa’... ‘e justiça social sem compromisso público de reconhecimento do movimento negro como sujeito político que congrega a defesa da cidadania negra no país’... Etc. Em mais seqüências discursivas, o manifesto afirma um continuum histórico e social de ausência de direitos e conseqüentemente de lutas da população negra e do movimento negro. Por fim, encerra com a frase “Porque a prática é o critério da verdade”. Esta última remete a uma operação discursiva de orientação marxista, não originária das heranças identitárias mas que se instaura como possível lógica para o antirracismo ao modo dos movimentos.

Quando lançada, como adesão ao manifesto constavam 132 assinaturas - uma para cada ano desde a abolição da escravatura - de personalidades públicas, incluindo acadêmicos, políticos, jornalistas, artistas e youtubers de diferentes etnias, gêneros sexuais e crenças religiosas, alguns deles com milhões de seguidores nas redes. O



Anais de Artigos

IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

número de assinaturas é constantemente atualizado no *hotsite*¹⁰ e está visível para seus visitantes, além de terem sido criados grupos de *WhatsApp* em estados das cinco regiões do País, sendo informados os links para ingresso. Nos grupos, são enviados por seus administradores, releases sobre a campanha e outras ações da Coalizão para que os integrantes os enviem para os veículos e jornalistas que conheçam.

6.1 Entre contatos, desvios e novos usos.

Do site e das redes da Coalizão, o manifesto *Enquanto houver racismo, não haverá democracia* chegou aos sites (blogs e colunas) e edições impressas dos jornais, em anúncios de página inteira na Folha de S. Paulo e O Globo. Em cotejamento aos discursos da campanha anterior, o silogismo “Se há racismo, então, não há democracia” é admissível por valores liberais normativos do jornalismo.

Os textos da campanha publicados nos jornais foram compartilhados por parte dos 132 signatários. Assim, a visibilidade da campanha aumenta consideravelmente, em diferentes circuitos interacionais. Em postagem da jornalista Eliane Brum, por exemplo, postou:

Manifesto Antirracista da Coalizão Negra por Direitos (mais de 150 organizações) publicado em página inteira na Folha de S.Paulo e no Globo. Isso é histórico. Quem quiser se juntar à luta pelo fim do racismo no Brasil, assine aqui: <https://comracismonaohademocracia.org.br> E espalhe a mensagem!

Nos comentários, houve argumentos polarizados. As falas de apoio ao manifesto da Coalizão contrastaram novamente com argumentos em prol da invisibilidade das críticas ao racismo sob alegação de separarem os indivíduos, embora os contrários ao conteúdo do manifesto estivessem em menor contingente.

Como notas de encerramento desta primeira visita ao trinômio movimento-comunicação-midiatização, percebe-se que a primeira campanha, de circulação intramidiática (restrita aos circuitos do movimento em meios únicos sem

¹⁰ Até o dia 15 de agosto de 2020, havia mais de 55 mil assinaturas ao manifesto. Disponível em: <https://comracismonaohademocracia.org.br/>.



Anais de Artigos

IV Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

interpenetração com outros) e com recuos da Coalizão pela tentativa de controle sobre a recepção, deu lugar a tentativas de contato e engendramento de circuitos ampliados e usos mais sofisticados dos meios digitais com vistas à visibilização de suas discursividades.

A constelação de meios (de conteúdo, impressos e online; e de interação) nos quais a Coalizão Negra, agentes e adeptos se fazem presentes encontra, no caso desta última campanha, encontram correspondência a processos de circulação intermediáticos (entre meios, dos manifestos nas redes da Coalizão, aos jornais impressos e para os circuitos integrados por signatários e seguidores). Além do fluxo das interações nos meios, discursivamente as formações históricas do movimento ingressam no espaço público ampliado para além de seus circuitos mais, ou menos, delimitados pela identidade de seus agentes, enfrentando-se com silenciamentos dos meios e defasagens e polarizações quando postos em circulação.

Alguns questionamentos me parecem produtivos para próximos estudos. Um deles, de como os movimentos se enfrentam com a polarização de lógicas sociais dadas a perceber nos discursos com suas contrapartes de negação do racismo criticado ou de atribuição de racismo, ou, em outras palavras, de como são buscadas táticas de superação das polarizações. Outro, introdutoriamente trabalhado neste texto, de como o movimento negro organizado ingressa em “lógicas da mediação”, em aceleração de processos tecnológicos e sociais que incidem em tentativas para obtenção de legitimidade de suas pautas.

Referências

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: JANOTTI JUNIOR, Jeder; MATTOS, Maria Ângela; JACKS, Nilda (orgs.). **Mediação & mediação**. Salvador:Edufba; Brasília: Compós, 2012.

BRAGA, José Luiz. Lógicas da mídia, lógicas da mediação?. In: Fausto Neto, Antonio; Anselmina, Natália Raimondo; Gindin, Irene Lis (orgs.) **Relatos de**



Anais de Artigos

IV Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4290

Vol. 1, N. 4 (2020)

investigaciones sobre mediatizaciones. Rosario/Argentina: UNR Editora, 2015, p. 15-32.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo [online]**. 2007, vol.12, n.23, pp.100-122. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>. Acesso em: 02 out. 2019.

FAUSTO NETO, Antônio. Pisando no solo da mediatização. In: SÀ ÁGUA, João; CÁDIMA, Francisco Rui. (Org.). **Comunicação e linguagem: novas convergências.** Portugal: FCSH - Universidade Nova de Lisboa. 2015.

FERNÁNDEZ, Mariano. Sobre la mediatización: revisión conceptual y propuesta analítica. **La Trama de la Comunicación.** Rosário, v. 18, p. 189-209, jan./dez. 2014. Disponível em: <http://www.latrama.fcpolit.unr.edu.ar/index.php/trama/article/view/475>. Acesso em: 28 jun. 2017.

GOMES, Pedro Gilberto. A midiatização no processo social. In: _____. **Dos meios à midiatização: um conceito em evolução.** São Leopoldo: UNISINOS, 2017. p.65-103.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SADER, Emir. **Quando novos personagens entram em cena.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Joel Rufino dos Santos; BARBOSA, Wilson do Nascimento. “**Movimento negro e crise brasileira**”, **Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras.** Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

VERÓN, Eliseo. Dicionário das idéias não-feitas. In: VERÓN, Eliseo. **Fragments de um tecido.** São Leopoldo (RS): Editora Unisinos, 2005.

VERÓN, Eliseo. O espaço da suspeita. In: VERÓN, Eliseo. **Fragments de um tecido.** São Leopoldo (RS): Editora Unisinos, 2005.